



# PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E ENSINO MÉDIO INTEGRADO

José Antonio Küller\*

## Resumo

A Pedagogia da Alternância (PA) pode ser uma alternativa para integrar o Ensino Médio à Educação Profissional? Atende aos objetivos da Educação Básica? Inclui o trabalho e a pesquisa como princípios? Propõe alternativas de organização curricular? Sua metodologia e avaliação facilitam a integração curricular? Que infraestrutura será necessária? Uma investigação bibliográfica permite responder positivamente a essas perguntas. Mas a PA tem uma limitação: exige um internato e um campo de aplicação. No entanto, pode inspirar novas concepções das interações entre escola e comunidade.

**Palavras-chave:** Pedagogia da alternância. Currículo. Currículo integrado. Ensino Médio. Educação Profissional. Metodologia. Avaliação. Infraestrutura escolar.

## Abstract

Can the Pedagogy of Alternation (PA) be an alternative to integrate the High School to the Vocational Education? Does it meet the Basic Education objectives? Does it include the work and research as principles? Does it propose curricular organization alternatives? Does its methodology and evaluation facilitate the curricular integration? What infrastructure will be required? A bibliographical research allows responding positively to these questions. But PA has a limitation: requires a boarding school and a field of application. However, it can inspire new conceptions of interactions between school and community.

**Keywords:** Pedagogy of alternation. Curricula. Integrated curriculum. High School. Vocational Education. Methodology. Evaluation school infrastructure.



\*Pesquisador em Educação Profissional e consultor educacional na Germinal Consultoria.

Recebido para publicação em: 17.10.2014  
Aprovado em: 21.10.2014

## Resumen

¿La Pedagogía de la Alternancia (PA) puede ser una alternativa para integrar la Educación Secundaria a la Educación Profesional? ¿Cumple con los objetivos de la Educación Básica? ¿Incluye el trabajo y la investigación como principios? ¿Propone alternativa de organización curricular? ¿Su metodología y evaluación facilitan la integración curricular? ¿Qué infraestructura será necesaria? Una investigación bibliográfica permite contestar positivamente a estas preguntas. Pero la PA tiene una limitación: requiere un internato y un campo de aplicación. Sin embargo, puede inspirar nuevas concepciones de las interacciones entre escuela y comunidad.

**Palabras clave:** Pedagogía de la alternancia. Plan de estudios. Currículo integrado. Educación Secundaria. Educación Vocacional. Metodología. Evaluación. Infraestructura escolar.

## Introdução

O objetivo do presente artigo é verificar se a PA pode inspirar propostas pedagógicas e curriculares para o Ensino Médio integrado à Educação Profissional.

A PA consiste em uma metodologia de organização do ensino escolar em que se alternam e se articulam tempos em que os jovens ficam na escola com tempos em que trabalham na propriedade familiar. Na PA são conjugadas e integradas diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como finalidade uma formação profissional. No tempo de escola, o ensino é coordenado pelos educadores. No tempo da propriedade agrícola, a família é responsável pelo acompanhamento das atividades dos alunos.

A PA surgiu em 1935, na França, a partir das insatisfações de um pequeno grupo de agricultores com o sistema educacional, o qual não atendia às especificidades da educação para o meio rural. Esse grupo queria uma educação agrícola que atendesse às características dos jovens do campo e que também propiciasse a profissionalização em atividades agrícolas e os instrumentos para o desenvolvimento social e econômico da sua região.

No Brasil, a PA começou a ser implantada em 1969, no Espírito Santo, por meio da ação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Mepes) com as três primeiras Escolas Famílias Agrícolas (Efas). Atualmente, existem muitas escolas e instituições que a utilizam como método. As experiências mais conhecidas são as desenvolvidas pelas Efas e pelas Casas Familiares Rurais (CFRs).



Utiliza-se uma terminologia genérica para se referir a essas instituições que praticam a alternância educativa no meio rural: Centros Familiares de Formação por Alternância (Ceffas). O Brasil contava, em 2007, com 243 Ceffas em atividade em todas as regiões e em quase a totalidade dos estados (TEIXEIRA; BERNARTT; TRINDADE, 2008). A rede dos Ceffas reunia, até 2004, seis diferentes experiências de formação em alternância: as Efas, as CFRs, as Escolas Comunitárias Rurais (Ecors), as Escolas Populares de Assentamentos (Epas), o Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais (Projovem) e as Escolas Técnicas de Agricultura (Etas).

A PA também foi recriada na proposta pedagógica do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), que está na origem da criação da Fundação de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa da Região Ceileiro (Fundep) e do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Itterra). Tanto os cursos da Fundep quanto os do Itterra alternam tempos/espaços de estudo e trabalho, e formam alunos encaminhados pelos movimentos sociais populares vinculados à Via Campesina Brasil e ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), em cursos de nível médio e superior (RIBEIRO, 2008).

A PA tem servido para embasar experiências educativas desenvolvidas em sistemas públicos de ensino, por meio de programas educacionais implementados pelo poder público nas várias esferas de governo, envolvendo a formação de educadores ou a escolarização dos jovens e adultos do campo nos vários níveis e modalidades de ensino. É utilizada por várias escolas agrícolas mantidas por Secretarias Estaduais de Educação ou governos estaduais. É o caso, por exemplo, da Secretaria de Educação do Paraná e, em São Paulo, do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, que mantém 10 núcleos do Projovem (BRASIL, 2009) e três escolas com o curso Técnico em Agropecuária, em regime de alternância (AZEVEDO, 2005).

O uso da PA por instituições tão diversas seguramente sofre variações. Neste trabalho, vamos ignorar essas variações e considerar apenas as aplicações que caminham no sentido da superação da fragmentação curricular e da integração entre a educação geral e a educação profissional. Dessa forma, vamos nos referir especialmente às experiências de alternância integrativa real, a qual articula o trabalho e a vida escolar em um mesmo processo educativo.

Para analisar a fecundidade da PA em inspirar propostas de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, fizemos um levantamento e uma síntese da literatura pertinente, orientados por um conjunto de questões. Foram investigados sete temas ou questões curriculares fundamentais.

A PA:

1. Pode atender aos objetivos do Ensino Médio, considerando sua inclusão como parte da Educação Básica? Atende a uma perspectiva de escola brasi-

leira unitária, incluindo aquela que adiciona a Educação Profissional como finalidade?

2. Inclui o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico?

3. Prevê formas não disciplinares de organização do currículo? Pensa a organização do currículo com a inclusão de componentes curriculares distintos das disciplinas tradicionais?

4. Demonstra como é feita a integração entre o Ensino Médio e a Educação Técnica de Nível Médio?

5. Define qual papel para a metodologia de ensino-aprendizagem nos processos de integração curricular e nas formas de atribuição de sentido aos conteúdos curriculares?

6. Prevê qual papel para avaliação na integração ou na fragmentação curricular?

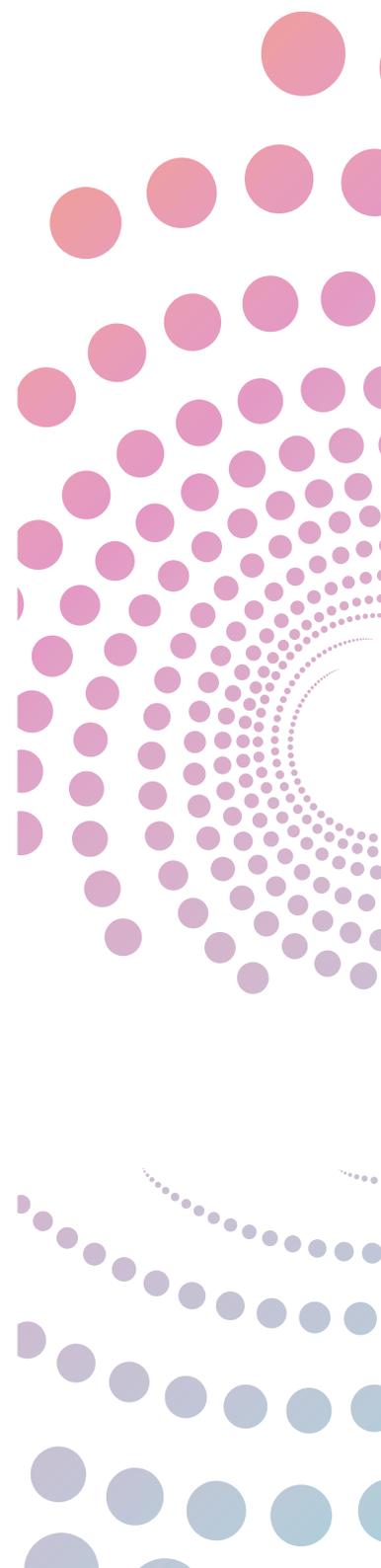
7. Exige qual infraestrutura e qual pessoal docente e técnico-administrativo para o desenvolvimento de uma proposta curricular que resulte em curso de Ensino Médio integrado? Nessa questão se inclui a discussão sobre a necessária capacitação dos atores envolvidos em processos de integração curricular.

Essas questões darão suporte ao olhar que vamos direcionar à literatura disponível sobre a PA. As questões também deram suporte à seleção prévia que foi feita no interior da literatura disponível. Só nos interessamos por textos que possibilitassem respostas a essas questões.

## Objetivos do Ensino Médio

Originalmente, as instituições que implementavam a PA não objetivavam proporcionar uma educação formal aos jovens do campo. Enfatizavam a necessidade de uma educação escolar que fosse adequada às particularidades psicossociais desses jovens e que propiciasse, além da profissionalização em atividades agrícolas, elementos para o desenvolvimento social e econômico das famílias e comunidades envolvidas em sua implementação. Valorizavam e priorizavam a experiência e o trabalho como contextos formativos. Valorizavam também a educação integral e personalizada dos alunos, em uma perspectiva de formação para o exercício da cidadania, a inclusão social e o desenvolvimento rural em bases sustentáveis.

De início, as Edas objetivavam uma formação técnica com aprendizagens práticas, muitas observações no livro da natureza, uma formação da perso-



nalidade e, para compreender as técnicas, por meio de uma educação geral, envolvendo história, matemática e linguagem para se expressar oralmente e por escrito (BEGNAMI, 2003).

Também objetivavam o engajamento sociopolítico nas comunidades e nos movimentos sociais e sindicais. Para tanto, os alunos eram engajados em ações comunitárias quando estavam com a família. Essas ações objetivavam, além da promoção social das famílias camponesas, tornar os alunos líderes em suas comunidades (BEGNAMI, 2003). Como exemplo, reproduzimos alguns objetivos retirados do regimento das escolas mantidas pelo Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (2008, p. 9-10):

VIII. Reconhecer o educando como sujeito do processo de desenvolvimento, integrado à família, à comunidade e ao meio socioprofissional, no resgate dos direitos e deveres do cidadão camponês, considerando o acesso e a permanência à escolarização como direito garantido constitucionalmente;

X. Reconhecer o educando como sujeito do processo de desenvolvimento integrado à família, à comunidade e ao meio socioprofissional, promovendo a cidadania e realizando atividades econômicas respeitando os princípios da sustentabilidade;

XII. Proporcionar meios para que o educando adote um posicionamento crítico construtivo e responsável diante da realidade, questionando com respeito e usando o diálogo como meio de resolver problemas e conflitos;

XIII. Favorecer condições para que haja aprofundamento sobre a problemática do meio, da manutenção dos hábitos culturais e da preservação ambiental;

XVIII. Preparar profissionais para atuarem em empresas e instituições prestadoras de serviços para os setores diversos da economia;

XIX. Estimular o processo de formação permanente para estar continuamente atualizado frente aos desafios e às perspectivas do mundo moderno/contemporâneo;

XX. Estimular, no educando, a interpretação da realidade em nível local, estadual e nacional, relacionando-a com o mundo, visando questionar as ideologias de dominação e marginalização deste meio, fortalecendo a sua cultura, respeitando as demais;

XXI. Desenvolver métodos de apropriação do conhecimento a partir da realidade e inseri-los aos conhecimentos científicos já acumulados ao longo da história, em vista de encontrar soluções para as dificuldades do meio em que vive;

XXII. Estimular a integração do educando no desenvolvimento sócio, econômico, político e cultural da região, do Estado e do País;

Atualmente, as organizações mantenedoras das escolas que operam com a PA estão optando por criar cursos regulares de Ensino Fundamental ou de Ensino Médio, em substituição àqueles até então por elas mantidos, que se preocupavam apenas com o aprimoramento profissional e cultural, sem

a responsabilidade de certificar oficialmente o nível de conhecimento e a capacitação profissional adquirida pelos alunos. Esse é o caso do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Mepes), que mantém 12 escolas com o ciclo II do Ensino Fundamental e quatro escolas com o Curso Técnico em Agropecuária (AZEVEDO, 2005). Se, em termos de objetivos, esse ajuste não foi complicado, o plano formativo enfrentou problemas com as exigências legais que asfixiavam alguns dos instrumentos pedagógicos específicos da alternância.

Mais recentemente, a educação no campo veio a ser considerada estratégica para o desenvolvimento socioeconômico do meio rural, e a PA passou a ser vista como alternativa adequada para a Educação Básica, especialmente para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, devido à relação que promove entre três agências educativas importantes: família, comunidade e escola. Nesse movimento, o Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Básica (CEB) aprovaram o Parecer CNE/CEB nº 1/2006 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2006), que reconhece os dias letivos trabalhados no campo com a aplicação da PA nesses centros (CORDEIRO, 2011).

## Trabalho e pesquisa como princípios

A PA tem como característica fundamental a alternância de tempos de estudo do aluno na escola e de tempos de trabalho na sua residência (propriedade rural) ou comunidade de origem. Esses tempos e espaços distintos são unidos no mesmo processo ensino-aprendizagem integrado. No tempo de estudo, os educandos permanecem de duas semanas a dois meses, dependendo do curso, no espaço da escola em regime de internato. No tempo de trabalho, os educandos retornam às suas propriedades familiares ou às suas comunidades para colocarem em prática, a partir de problemas anteriormente levantados no trabalho, os conhecimentos que foram objetos de estudo na escola. Dessa forma, os problemas levantados e enfrentados no trabalho e na comunidade de origem articulam e integram os conteúdos curriculares que são abordados nos tempos de escola. Pesquisa e trabalho articulam-se na definição, orientação, organização e integração do currículo.

A PA tem o trabalho produtivo como princípio de uma formação humana que articula dialeticamente ensino formal e trabalho produtivo. Ela também articula prática e teoria em uma só práxis. Nessa pedagogia, o conhecimento é construído a partir do trabalho, visto em sua dimensão ontológica e econômica.

No Brasil, um processo intenso de migração do campo para a zona urbana ainda está em curso. Ele é, muitas vezes, decorrente das dificuldades de subsistir com base na agricultura familiar em uma economia competitiva e globalizada. Dos que permanecem no campo, em geral, os filhos dos

• • • • •  
**A educação no  
 campo veio a  
 ser considerada  
 estratégica  
 para o  
 desenvolvimento  
 socioeconômico  
 do meio rural**  
 • • • • •

agricultores moram com suas famílias e trabalham na pequena propriedade rural. A alternância permite a continuidade do trabalho do jovem no campo. Além disso, cria condições para que esse jovem e sua família tenham a possibilidade de transformar a propriedade rural familiar como um empreendimento econômico viável. Isso é possível quando a escola percebe o desenvolvimento rural sustentável como atividade que transcende a produção, dando ênfase à administração do ambiente externo, aos financiamentos, ao mercado, às políticas públicas de apoio à agricultura familiar, à preservação ambiental e à sustentabilidade dos sistemas produtivos (CENTRO PAULA SOUZA, 2011).

No entendimento de Cordeiro (2009, p. 60):

[...] a Pedagogia da Alternância oferece aos jovens do campo a possibilidade de estudar, de ter acesso ao conhecimento não como algo dado por outrem, mas como um conhecimento, conquistado, construído a partir da problematização de sua realidade, problematização essa que passa pela pesquisa, pelo olhar distanciado do pesquisador sobre o seu cotidiano.

A PA baseia-se no método científico. O aluno observa, descreve, reflete, analisa, julga ou experimenta, age ou questiona a partir de planos de estudo desenvolvidos na família, comunidade ou escola. Procura responder às questões formuladas na observação ou ação e experimentar as alternativas encontradas.

O princípio é que a vida ensina mais que a escola, por isso, o centro do processo ensino-aprendizagem é o aluno e a sua realidade. A experiência socioprofissional se torna ponto de partida no processo de ensinar e, também, ponto de chegada, pois o método da alternância constitui-se em tripé ação – reflexão – ação ou prática – teoria – prática. A teoria está sempre em função de melhorar a qualidade de vida (NASCIMENTO, 2003, p. 7).

Assim, a PA efetivamente concretiza o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico. O trabalho constitui-se em essência básica da existência humana e a pesquisa é o instrumento pedagógico para problematização da realidade e para contribuir com sua transformação (COSTA; MONTEIRO, 2014).

## Formas alternativas de organização curricular

O currículo dos últimos três anos do Ensino Fundamental foi abordado em artigo que foi base de uma palestra proferida em Fortaleza, no XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober), realizado de 23 a 27 de julho de 2006, com o objetivo de discutir a proposta de educação no campo adotada pelas CFRs na Região Sudoeste do

Paraná. Utilizaremos essa apresentação para exemplificar uma organização alternativa e integrada do currículo possibilitada pela PA.

A apresentação informa que, nas escolas estudadas, o conhecimento teórico é vinculado e integrado ao conhecimento prático obtido e vivido na propriedade familiar ou coletiva. Como de praxe, isso é feito por meio da alternância dos tempos de estudo e trabalho, a saber:

- a) **Uma semana na Casa Familiar Rural:** nesta semana, os jovens apresentam e discutem sua realidade, buscam novos conhecimentos para resolução dos problemas identificados, constroem conhecimentos de uma formação geral integrada na formação técnica, recebem uma formação humana e social e desenvolvem o espírito de grupo. Passado o período na escola, o aluno volta para sua propriedade ou comunidade.
- b) **Dois semanas na propriedade ou comunidade:** o aluno reflete com a família ou comunidade sobre a realidade da propriedade familiar ou coletiva; com ela, diagnostica os problemas e planeja as ações; realiza experiências na propriedade (realidade); e irradia novas técnicas para outros agricultores da comunidade. Quando os jovens estão em suas comunidades, a equipe de monitores realiza visitas para verificar o seu desempenho e ajudar em suas dificuldades para identificar os problemas, planejar a intervenção ou intervir na realidade (GNOATTO, 2006).

O currículo dos três últimos anos do Ensino Fundamental integra a formação geral e a Educação Profissional. A educação geral envolve as disciplinas: português, matemática, geografia, história, organização social e política brasileira e ciências; a Educação Profissional é composta pelas disciplinas de: zootecnia, agricultura, economia rural, horticultura e trabalhos. Ambas são desenvolvidas de forma interdisciplinar, a partir de temas geradores.

Por exemplo, o currículo do primeiro ano de um Plano de Formação prevê os seguintes objetivos:

- Estabelecer relações sociais baseadas no espírito de cooperação, de solidariedade e de participação nos processos do cotidiano escolar, familiar e comunitário;
- Relacionar os conhecimentos do meio rural, a manutenção dos hábitos culturais e a preservação ambiental;
- Reconhecer-se como parte integrante da família, assumindo suas características sociais, econômicas e culturais;



- Desenvolver a linguagem oral e escrita, considerando sua importância na comunicação interpessoal e coletiva;
- Reconhecer as características do meio em que vive, relacionando-as com dimensões mais amplas para atingir aqueles objetivos estabelecidos.

Para atingir esses objetivos; são previstos três temas geradores centrais:

a) Família:

- Resgatar a origem e os valores culturais da família rural, assumindo-os e integrando-os à sua vida;
- Reconhecer a importância da participação na família e nas atividades desenvolvidas no meio rural.

b) Terra:

- Valorizar a terra como fonte de vida, reconhecendo a necessidade de sua preservação.

c) Alimentação:

- Considerar a alimentação como um fator indispensável à sobrevivência dos seres vivos, usando-a adequadamente em prol da qualidade de vida.

Os conteúdos são trabalhados de modo interdisciplinar dentro dos temas geradores, eliminando a fragmentação curricular. Para tanto, é necessário que haja um planejamento coletivo de alunos, professores, famílias e comunidades envolvidas.

A interdisciplinaridade promove uma síntese dos conhecimentos, por meio dos temas geradores, não apenas pela interação dos conhecimentos disciplinares, mas também pela associação dialética entre dimensões polares, por exemplo, teoria e prática, ação e reflexão, generalização e especialização, ensino e avaliação, meios e fins, conteúdos e processos, indivíduo e sociedade etc.

A PA deve estar integrada na dinâmica de desenvolvimento local. Para tanto, a integração escola-comunidade é fundamental. A concretização dessa relação orgânica entre a escola e a comunidade depende da definição do currículo escolar e da escolha dos temas geradores. Eles devem ser definidos pelos monitores da escola com participação efetiva da comunidade, representada pelas entidades organizadas (associação de pais, sindicatos, igrejas

etc.), de acordo com a necessidade da comunidade e do perfil dos jovens a serem atendidos (GNOATTO, 2006).

## Integração entre educação geral e Educação Profissional

Como vimos no tópico anterior, a organização curricular da PA, ao promover a integração curricular por meio de temas geradores, além de garantir a integração das disciplinas de educação geral, já inclui a integração entre a educação geral e a Educação Profissional. Essa integração é tão profunda que praticamente não há uma separação entre os dois currículos, como é comum na maioria das instituições que desenvolvem propostas de Ensino Médio integrado. O mais comum é a justaposição de dois currículos: um de educação geral e outro de Educação Profissional, fragmentados em disciplinas que não mantêm nenhuma conexão entre si. Já a PA pode ser considerada uma proposta que supera a escola dual em direção a uma escola que une preparação para a vida e para o trabalho.

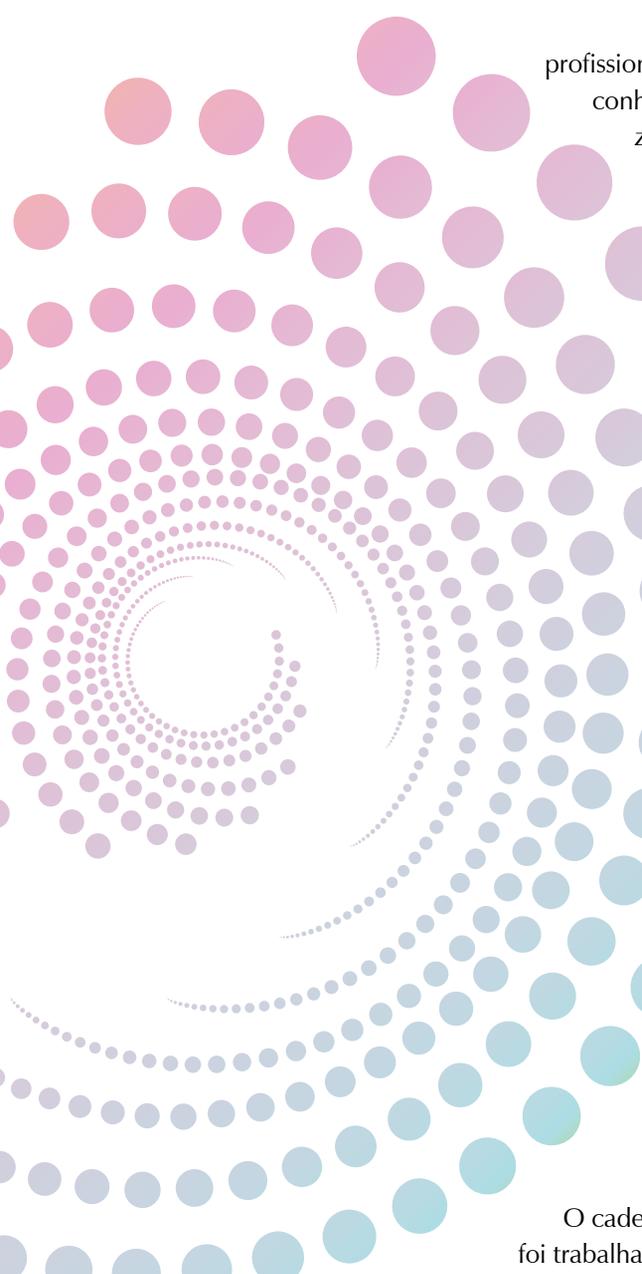
## Metodologia de ensino-aprendizagem

Existe um conjunto bem estabelecido de procedimentos metodológicos próprios da PA. Eles são coadjuvantes na integração curricular promovida por essa perspectiva pedagógica. Os principais procedimentos didáticos utilizados na alternância entre escola e trabalho são: o Plano de Estudo (PE), as folhas ou fichas de observação, o caderno da realidade, visitas de estudo, visita dos professores às famílias, convivência no internato e serões (AZEVEDO, 2005).

O PE é um instrumento didático. Por meio dele, o tema de estudo é introduzido e desenvolvido. O tema de estudo é motivado por vídeos, músicas, cartazes, dinâmicas ou outros recursos escolhidos pelo monitor quando planeja a atividade. Após a motivação, os estudantes se reúnem em grupos definidos de acordo com a região onde vivem, para que as realidades por eles vivenciadas sejam parecidas. O PE é um meio para o diálogo entre aluno, escola e família/comunidade. É feito de questões elaboradas a partir de um diálogo entre alunos e monitores, tendo por base a realidade objetiva dos jovens.

As questões são respondidas com a participação de familiares ou dos coletivos, no retorno às suas casas ou comunidades. Retornando à escola, os alunos apresentam as respostas que conseguiram obter para as questões formuladas, sob a coordenação de um ou mais monitores. As respostas são discutidas pelo grupo de alunos que as organizam, dando origem a um ou mais temas geradores. Esses temas serão relacionados com os conteúdos curriculares de educação geral e educação

• • • • •  
**A PA pode ser considerada uma proposta que supera a escola dual**  
 • • • • •



profissional e as respostas anteriormente dadas dialogam com o conhecimento humano disponível a partir de pesquisas realizadas pelos próprios alunos.

O caderno de acompanhamento (ou ficha/folha de observação) é um instrumento muito importante para a alternância. Nele, o estudante registra aquilo que realizou no tempo/escola e no tempo/trabalho. É um elo entre esses dois tempos e que mantém a comunicação entre a escola e a família ou comunidade. O estudante faz um relatório de todas as atividades realizadas fora da escola, com a participação da família ou comunidade. Garante, assim, que toda a turma saiba de suas ocupações extraescolares. Da mesma forma, ele relata as atividades que realizou na escola, permitindo à família se manter informada de tudo o que lá acontece (COLATTO, 2013).

As folhas de observação complementam e ampliam os temas geradores. Elas promovem a ligação daquilo que foi aprendido na escola com o trabalho que o aluno realiza junto à família. As folhas de observação desenvolvem a capacidade do aluno em encontrar soluções para seus problemas e para trabalhar individualmente, adquirindo hábitos pessoais de estudo, de leitura, de pesquisa e de efetuar sínteses entre o conhecimento adquirido no estudo e no trabalho.

O caderno de realidade é o instrumento de registro de tudo que foi trabalhado no plano de estudo: o roteiro de perguntas, as respostas, as ilustrações e os relatórios dos conteúdos trabalhados durante o tema de estudo ali ficam registrados. O caderno de realidade é o documento no qual o aluno coleciona os registros de suas reflexões, dos estudos e aprofundamentos relativos aos temas geradores trabalhados em suas atividades de aprendizagem dentro e fora da escola. “É a sistematização racional das reflexões e ações provocadas pelo plano de estudo e a folha de observação, no qual o aluno retrata boa parte das experiências cotidianas educativas e formativas” (AZEVEDO, 2005, p. 5). Por retratar a história da família do aluno, o seu contexto social, a compreensão do meio onde ele vive e as suas iniciativas de intervenção sobre ele, o caderno de realidade contribui na formação para a cidadania e na formação cultural do jovem do campo.

O internato também funciona como meio de integração. Para Azevedo:

O internato assume características próprias que o diferenciam dos demais tipos de internatos existentes atualmente. Há uma convivência harmoniosa entre os internos, que comungam conscientemente dos mesmos objetivos, tornando aquele ambiente como se fosse sua própria casa. Ali eles moram, trabalham, estudam, convivem, brincam, divertem-se, zelam pelo patrimônio da escola, fazem a vigilância, executam a manutenção e limpeza, à semelhança do que ocorre em seus lares. Além do mais o internato é aberto à visita dos líderes comunitários e dos pais dos alunos, que observam, sugerem, criticam, participam e colaboram na gestão do mesmo. A cada dia da semana um determinado professor permanece vinte e quatro horas dentro da escola, prestando todo tipo de assistência aos internos (AZEVEDO, 2005, p. 6).

Os serões são reuniões dos alunos, coordenadas pelos professores. São realizados no período noturno e duram no mínimo uma hora e meia. Neles são promovidas diferentes atividades, por exemplo: debates, discussões, palestras, projeções de filmes, apresentações musicais e de teatro. Os mais diferentes assuntos são tratados, conforme a necessidade, o interesse ou a oportunidade (AZEVEDO, 2005).

As viagens e as visitas de estudo são realizadas pelos alunos em instituições de pesquisa, empresas do ramo agropecuário ou fazendas onde são empregadas tecnologias inovadoras, modernas ou alternativas de pesquisa ou produção. As observações feitas nas visitas são registradas e os alunos organizam debates sobre elas. Ao final, elaboram uma síntese que é incluída no caderno de realidade (AZEVEDO, 2005).

As visitas dos professores às famílias dos alunos é uma estratégia adotada para promover o desenvolvimento sociocultural e tecnológico, para comprometê-las com a gestão da escola e para que contribuam para o aperfeiçoamento e aplicação do plano de estudo. É um instrumento para ampliar ou consolidar o compromisso com a escola.

Para que a escola responda parcialmente às necessidades do meio onde se situa, ela deve desenvolver ações que alimentem e provoquem a participação direta dos pais. Estes devem sentir que o compromisso que têm na escola é uma complementação, uma certa ajuda ao seu trabalho, a sua profissão e não um peso para carregar (AZEVEDO, 2005, p. 7).

## Avaliação como mecanismo de integração curricular

É fácil constatar que todas as formas de facilitação e registro da aprendizagem apresentadas no item anterior podem ser utilizadas para uma avaliação contínua, que objetive diagnosticar dificuldades e avanços dos alunos e reorientar o processo de ensino-aprendizagem. Como são centradas nos temas geradores, são, ao mesmo tempo, procedimentos metodológicos e procedimentos ou instrumentos de avaliação. Ambos são coadjuvantes na integração do currículo.

Alguns outros procedimentos de avaliação não disciplinares reforçam o papel da avaliação na integração do currículo. O Projeto Profissional Jovem (PPJ) leva o estudante a projetar a realização prática de uma atividade escolhida por ele e que pode ou não ser realmente colocada em prática. Outros instrumentos de avaliação, como a avaliação coletiva, também funcionam na mesma direção. A avaliação coletiva é uma avaliação interdisciplinar trabalhada em grupos predeterminados (COLATTO, 2013).

A avaliação final também é procedimento que reforça a integração curricular. A avaliação final consiste em uma pesquisa aprofundada, realizada em sessões próximas ao término do ano letivo. Nela, os jovens desenvolvem trabalhos sobre qualquer tema gerador trabalhado durante o ano. Nesse trabalho, definem um problema dentro do tema, pesquisam suas causas, consequências e alternativas de resolução. Ao final, fazem uma apresentação do seu trabalho para sua turma (COLATTO, 2013).

## Infraestrutura e pessoal docente e técnico administrativo

Não é difícil perceber que articulação escola-família-comunidade é fundamental para suportar a prática da alternância. Isso exige a criação de mecanismos de suporte para essa integração. Para dar esse suporte, a CFR ou equivalente deve possuir uma estrutura administrativa que garanta o seu bom funcionamento. Em geral, essa estrutura é composta pela Associação das Famílias da região onde a escola está situada. A associação gestora deve assumir o poder da educação, tendo as famílias como protagonistas. Também é fundamental a composição de uma equipe de monitores capacitados para operar com a PA e com seus instrumentos pedagógicos.

Na preparação dos monitores, as instituições envolvidas com essa pedagogia têm produzido uma prática incomum nas demais licenciaturas oferecidas pelas universidades: utilizam a PA para preparar os monitores para o uso da metodologia. Observam e são coerentes com o princípio de simetria invertida, como foi chamado no Parecer CNE/CP nº 009/2001:

A preparação do professor tem duas peculiaridades muito especiais. Ele aprende a profissão no lugar similar àquele em que vai atuar, porém numa situação invertida. Isso implica que deve haver coerência entre o que se faz na formação e o que dele se espera como profissional. Além disso, com a exceção possível da educação infantil, ele certamente já viveu como aluno a etapa de escolaridade na qual irá atuar como professor. [...] A compreensão desse fato evidencia a necessidade de que o futuro professor experiencie, como aluno, durante todo o processo de formação, as atitudes, modelos didáticos, capacidades e modos de organização que se pretende venham a ser concretizados nas suas práticas pedagógicas (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2002).

Um exemplo dessa perspectiva de formação de monitores encontra-se no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), que trabalha com a PA, exercitando um diálogo permanente entre a universidade e o movimento social. Como afirma Cordeiro:

Esse diálogo era o ponto crucial no cotidiano do curso, uma vez que o grupo de professores, em sua maioria, não havia ainda experienciado atividades de tal natureza. As intencionalidades de formação tanto da universidade como do MST visavam à formação de um professor crítico-reflexivo e de uma proposta de curso de formação de professores pautado na pedagogia libertadora, tendo como princípios curriculares o trabalho pedagógico como eixo da formação, uma sólida formação teórica, a pesquisa como forma de conhecimento e intervenção na realidade social, o trabalho partilhado/coletivo, o trabalho interdisciplinar, a articulação teoria e prática e a flexibilidade curricular, conforme consta no documento de reestruturação curricular do curso (CORDEIRO, 2009, p. 77).

Também Costa e Monteiro (2014) apresenta essa experiência na Licenciatura Plena em Educação (LPEC) em Portel (PA). O curso da Universidade Federal do Pará forma professores para atuar nas séries finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas áreas das ciências da natureza, matemática e ciências humanas das escolas do campo.

O curso tem a duração de oito semestres. Cada semestre desenvolve um eixo temático. Quatro deles correspondem à formação geral e quatro à formação específica. A formação geral abrange todas as áreas do conhecimento: ciências da natureza, matemática, ciências humanas e sociais, ciências agrárias, e linguagens e códigos. A formação específica aprofunda o conhecimento em uma dessas áreas.

Os semestres e eixos compreendem um conjunto de disciplinas que se alternam entre a escola e a comunidade. Na etapa escolar, os educandos têm acesso ao conhecimento científico por meio de livros, textos e diálogos com o professor formador. Na comunidade, os educandos realizam dois tipos de



atividade: a pesquisa socioeducacional e o estágio-docência. Essas atividades são orientadas por um plano de pesquisa interdisciplinar, que resulta em um único trabalho acadêmico chamado portfólio, um instrumento que registra e reflete a trajetória de saberes construídos.

Como mais um exemplo, mas não esgotando todas as possibilidades, Begnami relata o processo de formação inicial e continuada de cinco monitores de Efas. Consta uma formação inicial baseada em uma estratégia de alternância integrativa que valoriza as experiências adquiridas e coloca os monitores como sujeitos.

Um dispositivo de formação de monitores por e para a alternância será mais ou menos eficiente no propósito de uma alternância integrativa, na medida em que os monitores, individualmente, se envolvem de forma consciente e reflexiva, sendo eles mesmos sujeitos e objetos de sua própria formação. Nesta hipótese, podemos afirmar ainda que os processos de formação formal terão cumprido o seu papel quando as pessoas assumirem, conscientemente, no percurso profissional, uma atitude de formação permanente nesta perspectiva da autoformação (BEGNAMI, 2003, p. 5).

## Considerações finais

O levantamento anterior, feito no interior da literatura pertinente, indica que a PA pode responder positivamente às sete questões que formulamos a respeito da integração curricular no Ensino Médio e da integração entre Ensino Médio e Educação Profissional.

Em relação aos objetivos do Ensino Médio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para o Ensino Médio (BRASIL, 1996, artigo 36) prevê:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Em sua proposta original e diferentemente do Ensino Médio convencional, a PA apenas não enfatizava o primeiro desses objetivos. No entanto, sem prejuízo à proposta de fundo, pode facilmente incluí-lo. Ainda em sua proposta original, ela já incluía a capacitação para o trabalho, exigindo poucas mudanças para proporcionar a formação técnica para o trabalho, como prevê atualmente o Art. 36A da LDB: “o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas” (BRASIL, 1996).

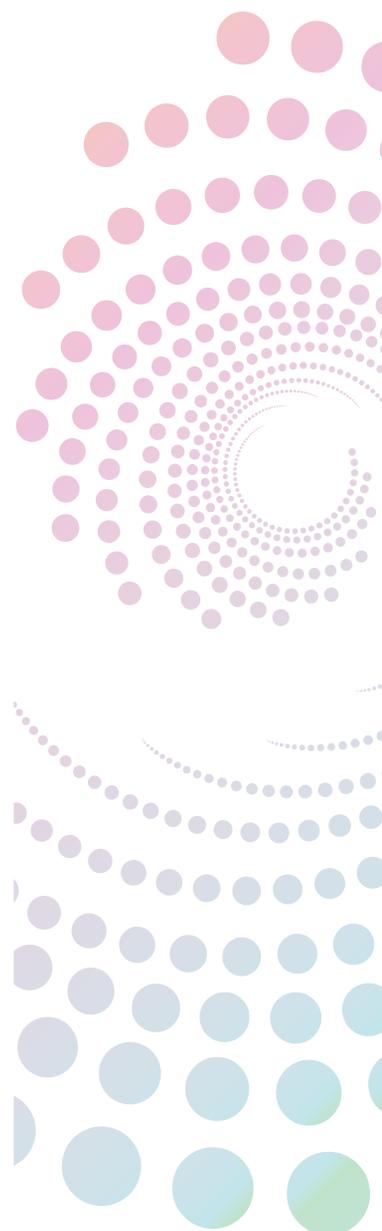
Assim, a PA pode atender aos objetivos do Ensino Médio, considerada sua inclusão como parte da Educação Básica. Também pode ser uma alternativa muito inspiradora na construção de uma escola brasileira unitária, incluindo aquela que adiciona a educação profissional como finalidade. É também bastante aderente às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

A PA apresenta formas não disciplinares de organização do currículo, especialmente a alternância entre os tempos de estudo e trabalho e, na escola, a organização do estudo por temas geradores. O tempo de estudo, embora parcialmente baseado nos conhecimentos das disciplinas tradicionais, é organizado de uma forma não disciplinar. O tempo de trabalho não guarda nenhuma semelhança com a organização disciplinar.

A PA é uma forma radical de integração entre o Ensino Médio e a Formação Técnica de Nível Médio. A alternância funde a educação geral e a educação profissional em uma educação para a vida, para o trabalho e outras práticas sociais. A metodologia de ensino-aprendizagem é desenhada de forma coerente com as necessidades da alternância e é coadjuvante na integração curricular, dando pleno sentido vital aos conteúdos curriculares. Também a avaliação se integra ao processo de ensino e aprendizagem apoiando-o e reorientando-o, quer em sua dimensão formativa, quer certificativa.

Como última resposta às questões formuladas, vimos que a PA exige uma infraestrutura especial. O internato e a propriedade agrícola familiar ou comunitária são condições essenciais para sua aplicação. A participação das famílias e das comunidades e uma formação adequada do pessoal docente também são necessárias para o desenvolvimento da proposta curricular.

Ao se pensar em uma generalização da proposta da PA para o Ensino Médio ou para educação profissional no meio urbano, a infraestrutura necessária é a maior limitação. Não é possível nem desejável generalizar o internato. Também não é possível que a proposta pedagógica exija que os alunos coparticipem da propriedade dos meios de produção. No entanto, se fizermos na escola algo similar ao que é feito no internato e se fizermos na comunidade que abriga a escola algo similar ao que é feito na propriedade familiar, a PA pode inspirar formas inovadoras de organização e desenvolvimento do currículo do Ensino Médio e do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.



## Referências

AZEVEDO, A. J. Sobre a pedagogia da alternância. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**, Garça, ano 3, n. 6, jul. 2005. Disponível em: <[http://faef.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/48eN-3R9wYhTxifO\\_2013-6-28-12-36-11.pdf](http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/48eN-3R9wYhTxifO_2013-6-28-12-36-11.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2014.

BEGNAMI, J. B. **Formação pedagógica de monitores das escolas famílias e alternâncias**: um estudo intensivo dos processos formativos de cinco monitores. Dissertação (Mestrado Internacional em Ciências da Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Université François Rabelais de Tours, 2003. Disponível em: <[http://run.unl.pt/bitstream/10362/391/1/begnami\\_2003.pdf](http://run.unl.pt/bitstream/10362/391/1/begnami_2003.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2014.

BRASIL. Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2009. Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e regido pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 nov. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6629.htm)>. Acesso em: 21 set. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 4 set. 2014.

CENTRO PAULA SOUZA. **Plano de curso da habilitação profissional técnica de nível médio de técnico em agropecuária integrado ao ensino médio na modalidade alternância**. São Paulo, 2011. Mimeografado.

COLATTO, L. Pedagogia da alternância: Escola Família Agrícola. **Castelo Branco Científica**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://castelobrancocientifica.com.br/img.content/artigos/artigo74.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 1/2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 mar. 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb001\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb001_06.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Conselho Pleno. Parecer CNE/CP nº 009/2001. Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jan. 2002. Seção 1, p. 31. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2014.

CORDEIRO, G. N. K. **A relação teoria-prática do curso de formação de professores do campo na UFPA**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Faculdade de Educação, Natal, 2009.

CORDEIRO, G. N. K.; REIS, Neila da Silva; HAGE, Salomão Mufarrej. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2571/1755>>. Acesso em: 21 set. 2014.

COSTA, E. M.; MONTEIRO, A. L. A pedagogia da alternância na Licenciatura em Educação do Campo em Portel (PA). **Comunicações**, Piracicaba, ano 21, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2014.

GNOATTO, A. A. et al. **Pedagogia da alternância**: uma proposta de educação e desenvolvimento no campo. Fortaleza: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/941.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2014.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO. **Regimento comum das escolas Família Agrícola e escolas Família Turismo do MEPES**. São Paulo: FGV/Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2008. p. 9-10.

NASCIMENTO, C. G. **Escola Família Agrícola**: uma resposta alternativa à educação do meio rural. [2003]. Texto em .doc. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/claungnas/efa.doc>>. Acesso em: 12 set. 2014.

RIBEIRO, M. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n.1, p. 27-45, jan./abr. 2008.

TEIXEIRA, E. S.; BERNARTT, M. L.; TRINDADE, G. A. Estudos sobre pedagogia da alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 227-242, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n2/02.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2014.

